



tribunal
de justiça
do estado de goiás

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

<https://www.tjgo.jus.br/>

ANO III – EDIÇÃO nº 694 Suplemento – SEÇÃO I

DISPONIBILIZAÇÃO: segunda-feira, 08 de novembro de 2010 PUBLICAÇÃO: terça-feira, 09 de novembro de 2010

Senhores(as) Usuários(as),

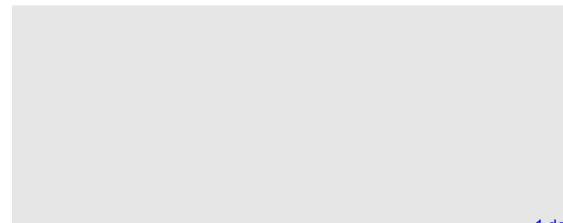
A Seção I do Diário da Justiça Eletrônico compreende a publicação de atos judiciais e administrativos oriundos do 2º grau de jurisdição.

Este documento está assinado digitalmente, conforme MP 2.002-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), e Lei 11.419/2006 (Lei de Informatização do Processo Judicial).

A publicação eletrônica substitui qualquer outro meio de publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico. Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

Utilize os marcadores/bookmarks que aparecem do lado esquerdo para navegar neste documento.





tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

Processo nº : 3510590/2010
Nome : FEIRA DA SOLIDARIEDADE (DECORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA)
Assunto : Solicitação (prorrogação)

DESPACHO Nº 1331/2010 - O Diretor-Geral do Tribunal de Justiça, nos termos do art. 26, da Lei nº 8.666/93, encaminhou a esta Presidência os autos em referência, que versam sobre aquisição de espaço de 108 m², para montagem de stand na Feira da Solidariedade – 7ª edição a ser realizada na Estação Goiânia, de 1º a 5 de dezembro do ano em curso, onde o Tribunal de Justiça estará demonstrando seus projetos e programas de cunho social, em conjunto com várias entidades sob o comando da Arquidiocese de Goiânia, ao preço de R\$20.000,00 (vinte mil reais), a cargo da firma DECORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA.

Assim posto, e observados os preceitos legais, ratifico o ato de inexigibilidade de licitação praticado pelo Diretor Geral, que autorizou a contratação em tela.

Retornem os autos à Diretoria Geral para os procedimentos cabíveis.

Goiânia, 5 de novembro de 2010.

Desembargador **PAULO TELES**
Presidente

Dpp/019/rmsf/mh



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

Processo nº : 3510590/2010
Nome : FEIRA DA SOLIDARIEDADE (DECORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA)
Assunto : solicitação

DESPACHO Nº 8177/2010 - Consta dos autos a solicitação de adesão requerida pelo Arcebispo Metropolitano de Goiânia, Dom Washington Cruz, juntamente com apresentação de proposta, com vistas à participação deste Tribunal de Justiça, mediante aquisição de espaço para montagem de *stand*, por ocasião da realização da 7ª edição da FEIRA DA SOLIDARIEDADE 2010, cuja organização está a cargo, com exclusividade, da firma DECORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA (DECOR EVENTOS) espaço esse de 108m² (f. 20), pelo valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), a realizar-se de 1º a 5 de dezembro do corrente ano, na ESTAÇÃO GOIÂNIA.

A justificativa para a realização do evento, que já se acha em sua sétima edição traduz-se em uma série de iniciativas com o propósito de motivar as comunidades sobre os projetos já desenvolvidos e a serem desenvolvidos pela igreja católica, juntamente com entidades governamentais e vários segmentos da sociedade em geral, objetivando a formação de um fundo permanente de financiamento de ações de solidariedade e ações conjuntas para solução dos graves problemas sociais, especialmente regionais.

No tocante ao Tribunal de Justiça, esta é uma oportunidade de mostrar ao público em geral os diversos projetos de cunho social implantados por este órgão com o escopo de se aproximar cada vez mais da sociedade, mais precisamente das suas camadas mais carentes.

À f. 21 foi juntada “declaração de exclusividade” firmada pela



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

Arquidiocese de Goiânia, atestando que a firma supramencionada detem exclusividade na organização, comercialização e montagem da FEIRA DA SOLIDARIEDADE -2010, cuja documentação se encontra à f. 23/29 e a nota de empenho respectiva juntada pela Diretoria Financeira, à f. 39/40 dos autos.

Assim sendo, autorizo a celebração do ajuste com a firma DECORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA, devendo os autos serem enviados ao Senhor Presidente, para ratificação da medida nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Após à Assessoria Jurídica para os demais procedimentos.

Goiânia, 5 de novembro de 2010.

JOSÉ IZECIAS DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

Dpd/491rmsf/mh

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Presencial nº 235/10**

OBJETO: Contratação pelo período de 12 (doze) meses, de entidade civil sem fins lucrativos, que tenham como objetivo social o desenvolvimento de atividades que promovam a interação entre as escolas e empresas, para gerenciamento de programas de estágio remunerado do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

ABERTURA: dia **24/11/2010, às 08:00hs**, na sala da CPL, situada no 1º andar do Anexo II do Tribunal de Justiça, à Rua 18 esq. c/ Av. 85, nº 508, Setor Oeste, Goiânia-GO. Informações pelos telefones: (062) 3236-3446, 3236-3443 e fax (062) 3236-3445 ou pela internet www.tjgo.jus.br.

Goiânia, 08 de novembro de 2010

ROGÉRIO JAYME
Pregoeiro



Secretaria da Banca Examinadora do 54º Concurso Público de Juiz Substituto

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador LEANDRO CRISPIM, Presidente da Comissão Examinadora do 54º Concurso Público de Juiz Substituto do Estado de Goiás, CONVOCA os seguintes candidatos para a prova oral, a ser realizada nos dias abaixo relacionados, no Auditório da ASMEGO, situado na Rua 72, nº 272, esquina com a BR-153, Jardim Goiás, nesta Capital:

DIA 17 – 8 horas:

Bianca Melo Cintra
Claudia Silvia de Andrade
Fabíola Maria Padovani de Brito*
Flavia Morais Nagato de Araujo Almeida
Marcelo Santana Farias*
Raquel Fratantonio Perini
Thiago Bertuol de Oliveira

DIA 18 – 8 horas:

Alessandro Luiz de Souza
Andréa Sócrates de Bastos*
Eduardo Perez Oliveira
Luciane Cristina Duarte dos Santos
Marcio Morrone Xavier
Nilda Mara Miranda de Freitas Jacome
Rodrigo Correa Batista*
Tatianne Marcella Mendes Rosa Borges
Thiago Cruvinel Santos

DIA 19 – 8 horas:

Adriana Maria dos Santos
Alex Alves Lessa
Alynne de Lima Gama Fernandes Oliveira*
Ana Carla Dias Lucas*
Ana Paula Villas Boas
Carlos Gustavo Fernandes de Moraes
Diego Custódio Borges
Guilherme Sarri Carreira
Thaís Ribeiro Franco*

DIA 20 – 8 horas:

Gabriel Consiglierio Lessa
Itala Maria de Nazare Braga Moura
Nunziata Stefania Valenza Paiva
Patricia Machado Carrijo
Paulo Afonso de Amorim Filho *
Raul Batista Leite
Thiago Soares Castelliano L. de Castro
Tiago Luiz de Deus Costa Bentes
Vania Silveira Rezende Bombig

DIA 21 – 8 horas:

Ana Paula de Lima Castro
Eduardo Cardoso Gerhardt
Jaqueline Rodrigues da Cunha*
Laila Kerckhoff dos Santos
Murilo da Silva Frazão
Silvio Jacinto Pereira
Sthella de Carvalho Melo
Tatiana Oliveira Povoá
Thiago Brandao Boghi

DIA 22 – 8 horas:

Aline Freitas da Silva
Christiana Aparecida Nasser Saad
Fábio Vinícius Gorni Borsato
Hanna Lidia Rodrigues Paz Candido
Joyre Cunha Sobrinho
Luciano Borges da Silva
Nina Sá Araújo
Sylvia Amado Pinto Monteiro
Vivian Martins Melo

Secretaria da Comissão Examinadora do 54º Concurso Público de Juiz Substituto do Estado de Goiás, aos 08 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez (08/11/2010).

Desembargador LEANDRO CRISPIM
Presidente da Comissão Examinadora



PROGRAMA ESPECÍFICO PARA A PROVA ORAL DO 54º CONCURSO PARA JUIZ SUBSTITUTO DO ESTADO DE GOIÁS

O Desembargador LEANDRO CRISPIM, Presidente da Comissão Examinadora do 54º Concurso para Juiz Substituto do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, conforme estipulado no item 13.3 do Edital de Abertura, torna público, para conhecimento dos interessados, o programa específico para a prova oral, que será realizada nos dias 16 a 22 de novembro de 2010, no Auditório da ASMEGO, situado na Rua 72, nº 272, esquina com a BR-153, Jardim Goiás, nesta Capital.

- A Prova Oral será prestada em sessão pública, na presença de todos os membros da Comissão Examinadora, vedado o exame simultâneo de mais de um candidato.
- Haverá registro em gravação de áudio/vídeo
- Far-se-á sorteio público de ponto para cada candidato com a antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.
- A arguição do candidato versará sobre conhecimento técnico acerca dos temas relacionados ao ponto sorteado, cumprindo à Comissão Examinadora avaliar-lhe o domínio do conhecimento jurídico, a adequação da linguagem, a articulação do raciocínio, a capacidade de argumentação e o uso correto do vernáculo.
- A ordem de arguição dos candidatos definir-se-á por sorteio, no dia e hora marcados para o início da Prova Oral. Durante a arguição, o candidato NÃO poderá consultar códigos ou legislação esparsa.
- Cada examinador disporá de até 15 (quinze) minutos para a arguição do candidato, atribuindo-lhe nota na escala de 0 (zero) a 10 (dez).
- A nota final da Prova Oral será o resultado da média aritmética simples das notas atribuídas pelos examinadores.
- Recolher-se-ão as notas em envelope, que será lacrado e rubricado pelos examinadores imediatamente após o término da Prova Oral.
- Considerar-se-ão aprovados os candidatos que obtiverem nota não inferior a 6 (seis).

PROGRAMA ESPECÍFICO

PONTO 1

Direito Civil / Consumidor:

- Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-lei no 4.657/42): Interpretação e integração das leis. Direito e moral. Direito público e privado. Direitos absolutos e relativos. Norma jurídica. Relação jurídica material. Fontes do direito. Classificação das leis pela sua natureza. Vigência, eficácia, hierarquia e revogação das leis. Conflito de leis no tempo. Direito objetivo e subjetivo. Faculdade jurídica. Interesse legítimo. Direitos individuais e coletivos. Direito adquirido e expectativa de direito. Pretensão material.
- Do direito de empresa. Do empresário. Da sociedade. Do Estabelecimento. Dos institutos complementares.
- Dos direitos do consumidor. Da Política Nacional das Relações de Consumo.

Direito Processual Civil:

- Jurisdição. Princípios fundamentais da jurisdição. Divisões da jurisdição. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária. Jurisdição constitucional das liberdades.
- Procedimento sumário. Petição inicial. Resposta do réu. Contestação, exceções e pedido contraposto. Revelia. Audiência de conciliação, instrução e julgamento.
- Coisa julgada. Coisa julgada formal e coisa julgada material. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. Coisa julgada e preclusão. Coisa julgada e questões prejudiciais. Ação declaratória incidental. Efeitos da sentença penal na esfera cível. Efeitos da sentença cível na esfera penal.
- Ações coletivas. Legitimação e interesse de agir nas ações coletivas. Litisconsórcio nas ações coletivas. Execução de sentença coletiva. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de segurança. Mandado de segurança coletivo. Habeas data. Controle difuso de constitucionalidade das leis. Ação rescisória. Ação declaratória de nulidade (quereela nulitatis). Ação dúplice. Ação de desapropriação. Ações inibitórias.

Direito Penal:

- Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Imunidades diplomáticas, parlamentares e judiciária.
- Dos crimes contra a pessoa.
- Do crime de tortura.
- Dos crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.

- Dos crimes contra os portadores de deficiência.
- Dos crimes de responsabilidade.
- Dos crimes contra o meio ambiente, a flora e a fauna.

Direito Processual Penal:

- Constituição e processo penal. Repartição constitucional de competência. Garantias constitucionais do processo. Aplicação da lei processual penal.
- Citações e intimações. Revelia.
- Relações Jurisdicionais com autoridade estrangeira. Cartas rogatórias. Homologação das sentenças estrangeiras. Extradicação. Expulsão. Deportação.

Direito Constitucional:

- Direito Constitucional: conceito, natureza, origem e evolução. Relações com os demais ramos do Direito.
- Direitos políticos. Nacionalidade e cidadania. Aquisição, suspensão e perda dos direitos políticos. Elegibilidade e inelegibilidade. Regime representativo. Sufrágio. O sistema eleitoral brasileiro. Os partidos políticos.
- Regime constitucional da função pública. Servidores públicos civis. Militares.

Direito Administrativo / Empresarial / Humanística:

- Função administrativa material, subjetiva e formalmente considerada. Administração direta e indireta. Atos administrativos. Princípios da licitação. Anulação e revogação da licitação. Requisição. - Regime jurídico dos servidores públicos. Responsabilidade civil do Estado. Garantias e instrumentos de defesa dos administrados. Lei de Registros Públicos. Direito Cambiário. Arrendamento Mercantil. Sociedade Limitada. Direitos e deveres funcionais da Magistratura. Código de Ética da Magistratura Nacional.

Direito Tributário / Ambiental:

- Direito Tributário e seu conceito. Poder de tributar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Princípios do Direito Tributário. Legalidade. Anterioridade. Isonomia. Irretroatividade. Vedação ao confisco. Não limitação ao tráfico de bens e pessoas. Pedágio.
- Relação jurídico tributária. Incidência Tributária. Fato gerador. Obrigação Tributária. Sujeito ativo e passivo. Objeto da obrigação tributária. Responsabilidade tributária.
- Aspectos constitucionais do ISSQN. ISSQN: Conceito. Conceito de serviço. Incidência. Fato Gerador. Sujeito ativo e passivo. Lançamento. Base de cálculo. Alíquota.
- Proteção das águas. Lei de Recursos Hídricos (Lei no 9.433/97). Padrões

de qualidade das águas.

PONTO 2

Direito Civil / Consumidor:

- Pessoa física. Personalidade. Direitos da personalidade. Capacidade. Espécies de capacidade. Legitimação. Estado das pessoas. Incapacidade. Ações de estado. Proteção aos incapazes. Pessoas jurídicas. Personalidade jurídica. Classificação das pessoas jurídicas. Pessoas jurídicas públicas. Grupos não personificados ou despersonalizados. Despersonalização das pessoas jurídicas. Domicílio.

- Direito das obrigações. Obrigações. Conceito. Modalidades de obrigações. Obrigações de dar, fazer e não fazer. Obrigações solidárias. Efeitos das obrigações. Extinção das obrigações. Modalidades de pagamento. Novação, compensação e transação. Inexecução das obrigações. Prisão civil. Obrigações decorrentes de atos ilícitos. Perdas e danos. Mora. Purga da mora. Juros e modalidades. Dívidas de valor e dívida de dinheiro. Correção monetária. Cessão de crédito. Pagamentos a cargo da Fazenda Pública. Precatórios. Liquidação das obrigações.

- Dos direitos básicos do consumidor. Da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos. Da proteção à saúde e segurança. Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço. Da decadência e da prescrição. Da desconsideração da personalidade jurídica.

Direito Processual Civil:

- Competência. Classificação da competência. Competência internacional e competência interna. Modificações da competência. Conexão de causas. Prevenção. Declaração de incompetência. Exceção de incompetência. Conflito de competência.

- Procedimento ordinário. Petição inicial. Resposta do réu. Contestação, exceção e reconvenção. Reconvenção e ação dúplice. Revelia. Exceções processuais e exceções substanciais (ou preliminares de mérito). Questões preliminares e questões prejudiciais. Providências preliminares. Declaração incidente (ação declaratória incidental). Audiência de conciliação, instrução e julgamento.

- Recurso. Conceito. Pressupostos recursais. Sucumbência. Tipologia recursal: apelação, agravos, embargos de declaração e embargos infringentes. Embargos infringentes na execução fiscal. Remessa *ex officio*. Proibição da *reformatio in pejus*. Juízo de retratação na esfera recursal. Mandado de segurança como sucedâneo recursal.

Direito Penal:

- A teoria do crime. Ação, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Condições de punibilidade. Causas de justificação e de exculpação. Erro.
- Imputabilidade penal.
- Dos crimes contra o patrimônio.
- Dos crimes contra os índios.
- Genocídio.
- Dos crimes contra o sistema financeiro, a ordem econômica e as relações de consumo.
- Dos crimes contra a previdência social e a ordem tributária.

Direito Processual Penal:

- Inquérito policial. Ação penal pública. Ação penal privada. Ação civil. Ação penal originária.
- Sentença. Nulidades. Fixação da pena.
- Execução penal. Incidentes da execução. Remição. Anistia. Graça. Indulto. Reabilitação.

Direito Constitucional:

- Constituição: conceito e tipos de Constituição. A Constituição como norma fundamental. Poder constituinte. A estrutura da atual Constituição. Reforma da Constituição: revisão e emenda. Hermenêutica constitucional.
- Direitos e garantias individuais. *Bill of rights*. Nacionais e estrangeiros em face dos direitos individuais. As garantias da magistratura. Impedimentos impostos aos magistrados.
- Organização dos Poderes: estruturação, exercício e controle. Processo legislativo.

Direito Administrativo / Empresarial / Humanística:

- Diferenças para com a legislação e a jurisdição na Administração Pública. Poder normativo e poder decisório da Administração Pública. Fontes do Direito Administrativo. Agências Reguladoras. Fato e ato administrativo. Espécies e procedimento da licitação. Concessão de uso especial para fins de moradia. Responsabilidade civil dos servidores públicos. Instrumentos de defesa dos administrados. Espécies de processos e procedimentos administrativos. Direito Cambiário. Recuperação Judicial. Alienação Fiduciária. Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções. Código de Ética da Magistratura Nacional.

Direito Tributário / Ambiental:

- Conceito de Imunidade Tributária. Imunidades na Constituição Federal. Isenção. Benefícios fiscais. Anistia. Remissão. Diferimento.
- Aspectos constitucionais do ICMS. ICMS sobre operações mercantis. Conceito de ICMS. Conceito de operação mercantil. Incidência. Fato Gerador. Sujeito ativo e passivo. Lançamento. Base de cálculo. Alíquota. ICMS. Princípio da não cumulatividade. Substituição tributária no ICMS. Base de cálculo “por dentro” do ICMS. ICMS sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal. ICMS sobre serviços de Comunicação. Conceitos. Incidência. Fato Gerador. Sujeito ativo e passivo. Lançamento. Base de cálculo. Alíquota.
- Política Nacional do Meio Ambiente (Lei no 6.938/81 e alterações posteriores). Do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA: estrutura e competências administrativas. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

PONTO 3

Direito Civil / Consumidor:

- Bens. Classificação. Bens públicos. Bem de família e a Lei no 8.009/90. Família, conceito e alcance. Pertencças.
- Direito das coisas. Posse. Conceito e classificação. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Proteção possessória (ações possessórias). Propriedade. Conceito e classificação. Propriedade imóvel. Modos de aquisição e perda. Usucapião. Limitações da propriedade. Desapropriação. Parcelamento do solo urbano. Uso nocivo da propriedade. Direitos reais sobre coisas alheias: enfiteuse, servidão, penhor e hipoteca. Propriedade industrial. Marcas e patentes. Condomínio. Compromisso de compra e venda.
- Das práticas comerciais. Da oferta. Da publicidade. Das práticas abusivas. Da cobrança de dívidas. Dos bancos de dados e cadastros de consumidores.

Direito Processual Civil:

- Ação. Conceito e classificação. Condições e elementos da ação. Questões sobre o exercício da ação. Classificação das ações. Espécies de ações. Concurso e cumulação de ações.
- Antecipação dos efeitos da tutela. Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer. Tutela antecipada e tutela cautelar: contatos e divergências. Limitações e proibições na concessão de provimentos liminares. Elementos conaturais (ou componentes essenciais) do sistema de tutela jurídica. Antecipação dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial (tutela antecipada antes da sentença) e antecipação dos efeitos da sentença (tutela antecipada na sentença). Tutela antecipada no Tribunal. Forma de

efetivações dos provimentos liminares, cautelares e antecipatórios. Eficácia da liminar e improcedência da demanda.

- Processo cautelar. Competência. Condições da ação cautelar. Mérito no processo cautelar. Petição inicial. Medida cautelar *inaudita altera parte*. Medida cautelar *ex officio*. Justificação prévia. Defesa no processo cautelar. Revelia. Medida cautelar substitutiva. Medida cautelar satisfativa. Eficácia das medidas cautelares. Má-fé e perdas e danos no processo cautelar. Procedimentos cautelares específicos ou nominados. Arresto. Sequestro. Caução. Busca e apreensão. Exibição. Produção antecipada de provas. Justificação judicial. Medidas cautelares inominadas. Responsabilidade pela execução da medida cautelar.

Direito Penal:

- Fases de realização do crime: tentativa, consumação, exaurimento. Crime impossível. Concurso de crimes. Crime continuado. Concurso aparente de normas. *Aberratio ictus* e *aberratio delicti*.

- Dos crimes contra a propriedade imaterial.

- Dos crimes contra a organização do trabalho e decorrentes de greve.

- Dos crimes de drogas.

- Dos crimes políticos.

- Dos crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social.

- Dos crimes hediondos.

- Do abuso de autoridade.

Direito Processual Penal:

- Jurisdição e competência. Das questões prejudiciais. Das exceções. Do conflito de jurisdição.

- Recursos. *Habeas corpus*. Mandado de segurança em matéria penal. Revisão Criminal.

- Prisão Temporária (Lei nº 7.960/89).

- Edição, Revisão e Cancelamento de Enunciado de Súmula pelo STF (Lei nº 11.417/06).

Direito Constitucional:

- O princípio da supremacia da Constituição. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos omissivos e comissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

- A ordem econômica e financeira na Constituição. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica.

- A ordem social na Constituição. Princípios. Seguridade social. Saúde. Previdência Social. Da Assistência Social. Da Educação, da Cultura e do Desporto. Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso. Meio ambiente. Competências federativas.

Direito Administrativo / Empresarial / Humanística:

- Serviços Públicos. Interpretação da norma jurídico-administrativa. Os colaboradores da Administração Pública. Revogação da licitação. Bens públicos. Desapropriação. Lei Estadual nº 10.460. Direito Administrativo Punitivo. Garantias e instrumentos de defesa dos administrados. Empresário e Sociedade empresária. Direito Cambiário. Recuperação judicial. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça. Código de Ética da Magistratura Nacional.

Direito Tributário / Ambiental:

- Tributo. Definição. Competência tributária. Espécies de tributos. Distinção entre as espécies.
- Aspectos constitucionais do IRPF e IRPJ. IR: Conceito. Conceito de serviço. Incidência. Fato Gerador. Sujeito ativo e passivo. Lançamento. Base de cálculo. Alíquota.
- Responsabilidade ambiental. Responsabilidade civil por dano ambiental no direito brasileiro. Crimes ambientais (Lei no 9.605/98 e alterações posteriores). Infrações administrativas (Decreto no 6.514/2008 e alterações posteriores).

PONTO 4

Direito Civil / Consumidor:

- Fatos jurídicos. Conceito e classificação. Aquisição, conservação, transferência, modificação e perda dos direitos. Negócio jurídico. Conceito e classificação. Defeitos dos negócios jurídicos. Modalidades dos negócios jurídicos. Poder potestativo. Forma dos negócios jurídicos e sua prova. Nulidades dos negócios jurídicos. Ato ilícito. Conceito. Consequências dos atos ilícitos. Ilícito contratual (relativo) e extracontratual (absoluto). Ilícito penal, civil e administrativo. Prescrição e decadência. Prescrição contra a Fazenda Pública (Decreto no 20.910/32 e Decreto-lei no 4.597/42).
- Direito de família. Do Direito Pessoal. Do Direito Patrimonial. Da União Estável. Da Tutela e da Curatela. Do Casamento. Separação e Divórcio. Alimentos. Poder familiar.
- Da proteção contratual. Das cláusulas abusivas. Dos contratos de adesão.

Direito Processual Civil:

- Sujeitos processuais. Juiz: poderes, deveres e responsabilidade. Impedimento e suspeição. Ativismo judicial. Partes e procuradores. Capacidade processual. Litigância de má-fé. Responsabilidade por dano processual e multa processual. Honorários advocatícios. Sucessão e substituição das partes. Substituição dos procuradores. Substituição processual. Pluralidade de partes: litisconsórcio e assistência. Intervenção de terceiros.
- Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado da lide. Saneamento do processo. Saneamento escrito e saneamento oral nos processos.
- Execução em geral. Partes na execução. Competência. Requisitos necessários para realizar qualquer execução. Título executivo judicial e título executivo extrajudicial. Execução provisória de sentença. Responsabilidade patrimonial. Disposições gerais na execução. Má-fé processual na execução.
- Espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Penhora de títulos da dívida pública. Impenhorabilidade do bem de família. Formação, suspensão e extinção do processo de execução. Execução de sentença de natureza alimentar. Execução contra a Fazenda Pública. Execução fiscal. Execução de sentença mandamental.

Direito Penal:

- Concurso de pessoas. Participação dolosamente distinta. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. Participação nas diversas espécies de crimes.
- Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
- Dos crimes contra os costumes.
- Corrupção de Menores.
- Crimes na Lei de Imprensa.
- Crimes na Lei de Violência Doméstica.
- Crimes na Lei de Parcelamento de Solo Urbano.
- Crimes do Código de Defesa do Consumidor.

Direito Processual Penal:

- Medidas assecuratórias. Incidente de falsidade e da insanidade mental do acusado. Da restituição das coisas apreendidas. Perdimento.
- Procedimento comum ou ordinário.
- Interceptações Telefônicas, Ambientais, Gravações Clandestinas e Provas Ilícitas (Lei nº 9.296/96 e 10.217/01).

Direito Constitucional:

- Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições constitucionais gerais e transitórias.
- Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos difusos.
- Direito Constitucional Urbanístico, Agrário e Ecológico. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.

Direito Administrativo / Empresarial / Humanística:

- Poder de Polícia. A norma jurídico-administrativa. Utilização de bens públicos por particulares. Poder vinculado e poder discricionário. Anulação da licitação. Concessão e permissão de uso. Bens públicos. Contratos administrativos de trabalho. Recursos administrativos. Controle administrativo e fiscalização dos serviços notariais pelo Poder Judiciário. Direito Cambiário. Microempresa e empresa de pequeno porte. Contratos bancários. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados. Código de Ética da Magistratura Nacional.

Direito Tributário / Ambiental:

- Crédito Tributário. Lançamento. Decadência e prescrição do crédito tributário. Suspensão e extinção. Garantias e privilégios do crédito tributário.
- Aspectos constitucionais do ITCD. ITCD: Conceito. Conceito de serviço. Incidência. Fato Gerador. Sujeito ativo e passivo. Lançamento. Base de cálculo. Alíquota.
- Proteção da vegetação. Código Florestal (Lei no 4.771/65 e alterações posteriores): reserva legal e áreas de preservação permanente. Manejo florestal sustentável na Região Amazônica. Concessão Florestal (Lei no 11.284/06). Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei no 9.985/00).

PONTO 5

Direito Civil / Consumidor:

- Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público. Responsabilidade das pessoas jurídicas públicas com personalidade de direito privado. Teorias sobre a responsabilidade civil do Estado. Teoria da imprevisão. Caso fortuito e força maior. Fato do príncipe. Direito de regresso. Solidariedade na ação de indenização. Dano material, dano estético e dano moral. Dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, histórico e paisagístico. Efeitos da sentença penal no juízo cível. Exclusão de respon-

sabilidade civil. Abuso do direito. Responsabilidade subjetiva e objetiva

- Do Direito das Sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do inventário e da partilha.
- Das sanções administrativas.

Direito Processual Civil:

- Ministério Público e auxiliares da Justiça. Funções do Ministério Público. Intervenção obrigatória e facultativa do Ministério Público. Falta de intervenção do Ministério Público consequências. Auxiliares da Justiça. Escrivão ou chefe de secretaria. Oficial de justiça. Perito. Impedimento e suspeição. Órgãos do foro extrajudicial.
- Instrução do processo. Provas. Disposições gerais. Ônus probatório. Modalidades de provas. Produção de provas. Diligências probatórias: art. 130 do CPC. Força probante dos documentos. Admissibilidade e valor da prova testemunhal. Prova de fato negativo.
- Embargos à execução contra a Fazenda Pública. Embargos à execução fundado em título extrajudicial. Embargos à arrematação e à adjudicação. Embargos na execução por carta. Embargos na ação monitória. Embargos de terceiro.
- Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ação de consignação em pagamento. Ação de depósito. Ações possessórias. Ação de usucapião de terras particulares. Ação de usucapião especial. Habilitação incidente. Ação monitória.

Direito Penal:

- Das penas: fundamento e finalidades. Cominação, aplicação e execução. Das penas privativas de liberdade. Das penas restritivas de direitos. Da pena de multa. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Dos efeitos da condenação. Dos efeitos civis da sentença penal. Reabilitação.
- Medidas de segurança.
- Dos crimes contra a família.
- Dos crimes contra a incolumidade, a paz e a fé pública.
- Crimes do Código de Trânsito Brasileiro.
- Crimes do Estatuto do Idoso.
- Crimes falimentares.
- Lei de combate às Organizações Criminosas.

Direito Processual Penal:

- Prova. Sujeitos da relação processual. Juiz. Ministério Público. Acusado e defensor. Assistentes. Auxiliares da Justiça.
- Procedimento sumário. Lei nº 9.099/95.

- Proteção a vítimas e testemunhas (Lei nº 9.807/99).

Direito Constitucional:

- Forma de Estado e forma de Governo. Histórico. A classificação de Aristóteles. As modernas classificações das formas de governo: de Maquiavel a Montesquieu.

- As garantias constitucionais contra os abusos da Administração Pública. Ações constitucionais. *Habeas corpus*. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. *Habeas data*.

- Funções essenciais à Justiça. O Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil. As Forças Armadas. A Segurança Pública.

Direito Administrativo / Empresarial / Humanística:

- Serviços Públicos. O regulamento. Administração direta e indireta. Aproveitamento e convalidação dos atos administrativos. Espécies de licitação. Conteúdo e formalização dos contratos administrativos. Ocupação. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos. Garantias e instrumentos de defesa dos administrados. Revisão e pedido de reconsideração. Sociedade Anônima. Direito Cambiário. Recuperação judicial e extrajudicial. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça. Código de Ética da Magistratura Nacional.

Direito Tributário / Ambiental:

- Aspectos constitucionais do IPTU. IPTU: Conceito. Conceito de serviço. Incidência. Fato Gerador. Sujeito ativo e passivo. Lançamento. Base de cálculo. Alíquota.

- Processo judicial tributário: ações de competência do Fisco e ações de competência do contribuinte.

- Licenciamento Ambiental. Normas gerais. Resoluções CONAMA nos 1/86 e 237/97. Exigibilidade de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

PONTO 6

Direito Civil / Consumidor:

- Contratos. Disposições gerais. Contratos unilaterais, bilaterais e plurilate-

rais. Sinal ou arras nos contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Espécies de contratos. Compra e venda. Contrato preliminar. Cláusula penal. Mútuo. Comodato. *Leasing*. Depósito. Mandato. Contrato de adesão. Alienação fiduciária em garantia. Contrato de seguro. Jogo e aposta. Fiança. Locação de imóveis. Resolução dos contratos. Distrato. Títulos ao portador. Sistema Financeiro da Habitação. Preferências e privilégios no concurso de credores.

- Das disposições finais e transitórias do Código Civil.
- Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.

Direito Processual Civil:

- Norma processual e norma substancial. Interpretação e integração da norma processual. Fatos, atos e negócios jurídicos processuais. Forma dos atos processuais. Tempo e lugar dos atos processuais. Prazos. Preclusão. Perfeição e eficácia dos atos processuais. Comunicações dos atos processuais. Nulidades. Aproveitamento dos atos processuais. Valor da causa. Incidente de impugnação ao valor da causa.

- Processo e procedimento. Princípios processuais. Instrumentalidade, efetividade e utilidade.

- Sentença. Requisitos formais da sentença. Efeitos da sentença. Função da sentença. Classificação das sentenças. Sentenças terminativas. Sentença líquida e ilíquida. Sentença *extra*, *citra* e *ultra petita*. Fao e direito supervenientes. Efeitos principais e efeitos secundários da sentença. Embargos de declaração.

- Liquidação e cumprimento da sentença.

Direito Penal:

- Ação penal.

- Extinção da punibilidade.

- Dos crimes contra a administração pública e contra a administração da justiça.

- Crimes da Lei de Economia Popular.

- Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores.

- Crimes da Lei de Licitações.

- Crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Crimes do Estatuto do Desarmamento.

Direito Processual Penal:

- Prisão e liberdade provisória. Atos processuais: forma, lugar, prazo.

- Procedimentos especiais. Do júri popular.

- Processos de competência originária no STJ e STF (Lei nº 8.038/90).

- Aspectos processuais nas Leis Especiais constantes do rol de Direito Penal.

Direito Constitucional:

- Soberania: conceito e origem histórica. Soberania e separação dos poderes. O sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegação de funções. Invasões de competência.
- Princípios constitucionais da organização e função administrativas. Responsabilidade.
- Matriz constitucional do controle jurisdicional da Administração Pública. A Justiça Federal. Os Tribunais Regionais Federais. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. A Justiça Estadual. As Justiças Especializadas.

Direito Administrativo / Empresarial / Humanística:

- Poder de polícia. Agências Reguladoras. Fato e ato administrativo. Revogação dos atos administrativos. Princípios e procedimentos da licitação. Desapropriação. Responsabilidade civil do Estado. Garantias e instrumentos de defesa dos administrados. Processos e procedimentos administrativos. Lei de Registros Públicos. Sociedade Limitada e Sociedade Anônimas. Direito Cambiário. Direitos e deveres funcionais da Magistratura. Código de Ética da Magistratura Nacional.

Direito Tributário / Ambiental:

- Aspectos constitucionais do ITBI. ITBI: Conceito. Conceito de serviço. Incidência. Fato Gerador. Sujeito ativo e passivo. Lançamento. Base de cálculo. Alíquota.
- Dívida ativa. Conceito. Inscrição. A presunção de certeza e liquidez: consectários.
- Disposições constitucionais de proteção ao meio ambiente (Constituição Federal, art. 225). Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Competências legislativas relacionadas ao Direito Ambiental.

COMISSÃO EXAMINADORA DO 54º CONCURSO PARA JUIZ SUBSTITUTO PARA O ESTADO DE GOIÁS, aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez (08/11/2010).

Des. LEANDRO CRISPIM

Presidente da Comissão Examinadora e Examinador de Direito Proc. Penal

Des. LUIZ CLÁUDIO VEIGA BRAGA
Examinador de Direito Penal

Des. CAMARGO NETO
Examinador de Direito Civil e Direito do Consumidor

Dr. CARLOS ALBERTO FRANÇA
Examinador de Direito Administrativo e Direito Empresarial

Dr. FELICÍSSIMO JOSÉ DE SENA
Examinador de Direito Processual Civil e Direito da Criança e do Adolescente

Dr. WILTON MÜLLER SALOMÃO
Examinador de Direito Constitucional e Direito Eleitoral

Dr. FABIANO ABEL ARAGÃO FERNANDES
Examinador de Direito Tributário e Direito Ambiental